

Nota sobre a Origem da Negação em *O que é Metafísica?*¹

Resumo

*Este artigo é uma interpretação sintética da conhecida passagem em *Que é Metafísica?*, na qual Heidegger afirma que o nada é a origem da negação. Destaca-se o papel da negação no contexto do argumento de Heidegger, entendida como uma função formal e portadora de uma característica descobridora.*

Palavras-chave: Heidegger . Origem da negação . Função formal .
Negação desveladora . Pensar

Abstract

*This paper presents a brief interpretation of the familiar passage in *Was ist Metaphysik?*, where Heidegger asserts that the nothing is the origin of negation. It points to the role of negation as a formal function with an unveiling nature in Heidegger's argument.*

Keywords: Heidegger . Origin of negation . Formal function .
Unveiling negation . Thinking

1 Este trabalho recebeu o apoio do CNPq e da CAPES-PROCAD para a sua realização. Agradecemos também as observações dos participantes do IX Colóquio Conesul de Filosofia das Ciências Formais (UFSM, 2004), no qual foi apresentada uma versão muito resumida do presente artigo.

2 Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador do CNPq. E-mail: reis@smail.ufsm.br

Em uma conhecida passagem de *Que é Metafísica?* Heidegger afirma ter demonstrado em linhas gerais a origem do “não” e da negação a partir do nada. A passagem tornou-se consagrada por diferentes motivos, o que não significa que tenha sido suficientemente elucidada.³ O objetivo desta contribuição consiste e explicitar os pressupostos assumidos na “prova” da origem da negação, identificando as premissas lógico-filosóficas que atuam na gênese ontológica da negação. Sustentamos a hipótese que, caracterizada como uma função formal, a negação supõe o desvelamento de identidade e diferença. Este é um passo intermediário. Nele também está presente uma suposição acerca da relação entre pensamento, predicação e identidade e diferença. O nível mais básico a que alcança a gênese da negação mostra que o desvelamento de identidade e diferença é condicionado pela finitude de ser: a relação entre ser e nada.⁴ Vejamos o texto. Transcrevemos na íntegra a passagem de *Que é Metafísica?*, inserindo uma numeração para melhor conduzir a análise:

[1] *O que testemunha de modo mais convincente do que a negação, a constante e difundida, ainda que dissimulada, revelação do nada em nosso ser-aí?* [2] *Mas de forma alguma esta aproxima a partir de si o não ao dado, como meio de distinção e oposição, para como que empurrá-lo aí no meio.* [3] *Como a negação pode também proporcionar a partir de si o não, já que ela pode negar somente se lhe está previamente dado algo negável?* [4] *Mas como algo negável e a ser negado poder ser avistado como ligado ao não, se não fosse assim que todo pensamento enquanto tal já visa previamente o não?* [5] *Mas o não somente pode se tornar manifesto quando sua origem, o nadificar do nada em geral - e com isso o próprio nada - for arrancado do velamento. O não não surge pela negação, mas a sim a negação funda-se no não, que surge do nadificar do nada.* (WM, 36)

3 Vale registrar que ainda recentemente são lembradas as críticas de Carnap em relação ao uso feito por Heidegger do termo “nada” como um nome, que supostamente violaria a sintaxe lógica da linguagem. Exceções mais recentes são os trabalhos de Inwood (1999) Whitherspoon (2002), Priest (2002), e Käufer (2005). Em um trabalho recente (Casanave & Reis 2005) examinamos o uso da expressão “o nada é a negação completa da totalidade dos entes”, para mostrar como ela não é necessária para o significado do termo “nada” que Heidegger pretende por em evidência. Para as referências às obras de Heidegger, utilizaremos as siglas SZ, para *Ser e Tempo*, WM, para *Que é Metafísica?* e GA seguida do número do volume da *Gesamtausgabe*.

4 Esta questão final, a mais importante para Heidegger, não é objeto da nossa atenção neste trabalho.

A brevidade e o uso incomum de certas expressões, associados às peculiaridades da conferência inaugural em Freiburg, dificultam o entendimento da passagem.⁵ Em termos de uma reconstrução global, os trechos numerados contém os seguintes. Em [1] afirma-se que o fenômeno tematizado sob o título de nada e nadaificação não é algo profundo ou oculto. Há um testemunho deste fenômeno na vida humana, fornecido pela negação. O termo “ser-aí” indica a intencionalidade primitiva voltada para os padrões que condicionam o aparecer de entes. A negação indica sobretudo um vínculo entre ser-aí e o nada. Porém, este privilégio testemunhal da negação não é exclusivo, nem o mais diretivo. Apesar de não ser claro, o uso da palavra “não” em [2] refere-se não à palavra ou sinal de negação, mas sim à possibilidade de diferenciação que é própria do objeto da negação. A negação é exercida sobre algo previamente dado. Aquilo que já deve estar dado possui em si uma determinação: a possibilidade de ser diferenciado. Esta determinação é independente do exercício da negação. Não é o caso que o comportamento denegador “empurre” para o interior do dado o não, ou seja, tal determinação na coisa é prévia ao exercício da negação.

A declaração expressa em [3] indica que a razão pela qual não é a negação que introduz a diferença é que, como intencional, deve haver adequação entre o comportamento denegador e sua referência. A negação é um comportamento para com algo, com vistas à diferenciação e formação de complementos. Para o seu exercício é necessário que esteja dada a base de operação. A negação é situada, seja no uso cotidiano da linguagem, seja no cotidiano da investigação científica. Não apenas é preciso que algo esteja previamente dado para o exercício da negação, mas este elemento já deve ser em si mesmo determinado como diferenciável: deve ser algo diante de que é possível estabelecer contraposições, contrários, complementos, ou seja, uma diferença capaz de ser expressa por um meio, seja ele lingüístico ou não.

Em [4] é introduzida a noção de pensamento. Não é suficiente que o correlato da ação intencional seja em si mesmo determinado como capaz de diferenciação e contraposição. É preciso que ele seja visto como tal, isto é, ver algo diferenciável como ligado à negação. Não apenas *ser* algo diferenciável, mas *ser reconhecido* como algo diferenciável. Apesar de Heidegger empregar verbos intuitivos - avistar e visar - não é apropriado lidar aqui com o dualismo intuição e pensamento, pois na estrutura da intencionalidade opera muito mais uma compreensão. A despeito disso, o reconhecimento de algo como estando ligado à diferenciação é atribuído ao pensamento. Entretanto,

5 Sobre este componente retórico, cf. Fay, 1977, p. 43-4. A respeito dos textos de Heidegger que estão diretamente relacionados com os principais temas de *Que é Metafísica?*, ver Käufer, 2005.

a passagem não oferece nenhuma elucidação sobre a noção de pensamento, mas nela está implícito o que pode ser chamado de concepção hermenêutica do pensamento. O centro da afirmação consiste em reconhecer um nexos entre o pensamento e o reconhecimento de identidade e diferença. Contudo, não é a forma do pensar que introduz no objeto a estrutura da negabilidade. O uso de verbos perceptivos indicaria, por assim dizer, o elemento realista na noção de pensamento, pois não há constituição da estrutura formal e conjunta de identidade e diferença, a qual já deve estar previamente acessível, já deve estar manifesta.

Em [5] o exame de origens transita para o seu plano mais raso, por assim dizer. A interpretação fenomenológica do pensamento deve mostrar uma dupla dependência: em relação a outros comportamentos intencionais, não lógicos ou epistêmicos; e em relação às diferentes compreensões dos padrões ontológicos que condicionam tais comportamentos. O relevante é que a possibilidade de diferenciação e negação não é primariamente manifesta pelo pensamento de algo como algo. Que a possibilidade de diferenciação já esteja previamente dada como manifesta, isto é possibilitado em primeiro lugar pelo que Heidegger chamou de *nadificação* ou *patentização do nada*.

A despeito das dificuldades exegéticas, o texto citado sugere uma estrutura argumentativa. As perguntas formuladas afirmariam condições da negação, e o ponto de chegada estaria no plano ontológico designado pelo termo *nada*. Em relação à “prova” da origem da negação, destaca-se as seguintes etapas: a afirmação de que não é o comportamento denegador que introduz na sua referência a negabilidade ou a possibilidade de diferenciação; a dependência da negação em relação ao acesso a algo dado como suscetível de diferenciação e contraposição; o acesso a esta determinação sendo proporcionado pelo pensamento enquanto tal; a exigência de que esta determinação esteja de antemão manifesta para que o pensamento possa apanhá-la; e a afirmação de que a diferença e a possibilidade de diferenciação tornam-se patentes em primeiro lugar não pelo pensamento, mas por um fenômeno denominado de *nadificação*. Este último passo está simplesmente afirmado, sem nenhuma indicação argumentativa.

As sentenças [1], [2] e [3] nos dão os elementos para buscarmos o conceito de negação que Heidegger tem presente ao iniciar a análise de *gênese*. E são cinco os elementos a considerar: a) a negação e que o deve estar previamente dado para o exercício da negação; b) o previamente dado como suscetível de ser negado; c) a negação exercendo uma função de diferenciação e oposição; d) o meio para efetivar a distinção e a oposição; e) a natureza não constitutiva

da negação, pois a negabilidade (a possibilidade de diferenciação e oposição) é própria do que está previamente dado para a negação, não sendo introduzida neste pela própria negação.

O tratamento da negação como uma função formal foi esboçado por Heidegger no contexto da crítica ao argumento de Rickert que pretendia mostrar que o sentido judicativo não pertencia ao domínio do ser (nem físico, nem psíquico), mas ao do valer (Ver GA 56/57). Por meio da negação podemos dar expressão aos contrários. Ela é uma função formal, pois pode ser exercida em relação a qualquer domínio, mas desde que sob a condição de que tenhamos de antemão pelo menos uma determinação regional. Ao ser determinada sempre a partir de alguma qualificação regional, isto significa que a negação supõe o acesso a algo, a algo que sempre estará determinado regionalmente. Em [2] está presente a concepção da negação como uma função formal para formação de oposições e estabelecimento de distinções. Na medida em que aí também se fala que a negação é feita em relação a algo dado, é admissível que ainda esteja sendo considerado o aspecto formal da negação, entendida como dependente de uma qualificação regional prévia.

Contudo, na preleção dedicada ao *Sofista* encontramos um tratamento adicional da negação. Segundo Heidegger, Platão teria formulado uma noção especial de negação, como *heteron*, e a partir dela teria concebido o problema do não-ser em termos de antítese. Que o não ser possa ser concebido como ser somente é inteligível à luz de um conceito de negação muito especial. Este conceito de negação como *heteron* possibilita que a estrutura do não ser seja vista em termos de antítese. Platão teria apresentado um segundo conceito de negação, e a partir dele uma nova determinação para o *logos*. Tal conceito proporciona o que Heidegger chamou de compreensão positiva da negação (GA 19, 560). Esta nova noção de negação estaria implícita na idéia de *koinonia*, e exigiria a distinção entre duas maneiras de conceber o “não”: como um simples “contra” vazio (*enantion*) ou como um outro que preserva o conteúdo (*sachhaltiges Anderes, heteron*). Neste conceito de negação haveria duas características estruturais: a) é uma negação mostrativa e b) é uma negação vinculada.

A negação que está no *heteron* possui um caráter mostrativo, a *apophasis* também tem o sentido de *deloun*, ela deixa ver algo, ela torna manifesto. O adjudicar é presentificador, pois traz algo para a visualização, a saber: o ser outro dos entes que já estão dados em um horizonte prévio no contexto das coisas. Temos uma negação com uma qualidade desveladora e mostrativa, uma negação que abre. A negação possui algo assim como um caráter de

descerramento (*Erschliessungscharakter*) (GA 19, 559). A negação mostrativa preserva a referência à determinação daquilo em relação ao qual é exercida, produzindo contrários e complementos. O que resulta desta negação, na antítese, está em oposição a outro elemento. Assim, na expressão muito peculiar de Heidegger, aquilo que está posto na antítese não está “compreendido no campo vazio de uma negatividade qualquer (*beliebiger Nichtigkeit*)”, mas seria algo assim como “o não de um outro” (GA 19, 564). Trata-se de um dizer não que está ligado, está vinculado.

A vinculação da negação mostra que a negação é a exclusão ou delimitação em relação a algo determinado. O negado é outro em relação a um estame, a um gênero do ente. O antitético é um outro, e como tal possui uma proveniência ou origem (*Herkunft*) determinada, proveniência que por ele é mostrada. Porém, não apenas a negação heterológica resulta em um antitético ligado a uma proveniência determinada, mas este elemento do par remonta-se novamente a esta proveniência. Na antítese, o negado está posto como em contraposição ao gênero de onde provém. Neste retorno remissivo a um aspecto idêntico, a negação heteronômica faz visível a própria preservação da matéria objetual (GA 19, 565 e 642). Em outros termos, toda negação tem um caráter mostrativo, e, conseqüentemente, pressupõe para a sua efetivação algo dado e acessível, mesmo que seja uma forma ou um gênero (GA 19, 571).

As considerações precedentes permitiram visualizar minimamente o conceito de negação que Heidegger considerou em seus cursos, e que, é admissível supor, está presente na passagem de *Que é Metafísica? A negação como função formal e como mostrativa* significa que a operação de formação de contrários e oposições é executada sobre um dado prévio, o qual está dado com uma determinação regional. No juízo negativo a negação tem um sentido mostrativo, não porque este seja referido a algo como um fato negativo, mas porque ela tem o sentido de formação de opostos em relação a algo já dado. A negação heterológica mostra exatamente aquilo em relação a que está gerando uma oposição. Neste sentido, a negação que não executa apenas uma exclusão, mas forma um oposto, está a mostrar a determinação daquilo a partir de que é feita a oposição. O caráter fundado da negação significa que a formação de oposições opera no interior de um campo conceitual, que deve estar dado para o exercício da negação. O aspecto que é preservado como idêntico na negação mostrativa deve ser acessível de algum modo. O exercício da negação não introduz as determinações no que deve estar dado previamente, mas este suposto já deve estar dado como algo suscetível de contraposições e distinções, isto é, como negável. Ora, a negabilidade de algo significa a sua

identidade, o seu ser si mesmo, e o ser outro em relação a algo. Ser idêntico e diferente de outro não é produto, mas sim o requisito do exercício da negação.

Na sentença [4], Heidegger introduz dois novos elementos, que discriminam condições que fundam o exercício da função formal da negação. O que entender pela exigência que algo negável seja “avistado como ligado ao não”? A palavra “avistar” não deve induzir a admissão de um componente intuitivo nesta exigência. Antes disso, é o pensamento que satisfaz esta condição. Que o negável e a ser negado está “ligado ao não” não é uma cláusula referida ao termo “não”. “Estar ligado ao não” tem o sentido de ser reconhecido como algo negável. Não é suficiente que algo seja em si mesmo qualificado como idêntico e diferente, e, portanto, capaz de ser a base para a formação de opostos e complementos. Ainda é preciso o *reconhecimento* da sua negabilidade, é preciso a inserção do previamente dado no campo de operação da negação. Trata-se do vínculo entre o dado negável e a atividade ligada aos propósitos específicos da diferenciação, da distinção, da contraposição, etc.

Estes propósitos, por sua vez, estão essencialmente conectados com o pensamento. É no pensamento que se estabelece o reconhecimento de algo como algo negável. Além disso, a segunda condição em [4] estipula uma exigência mais forte. Trata-se do pensamento *enquanto tal*, não um pensamento em particular, com uma forma específica e uma referência determinada, mas o pensamento *enquanto* pensamento é que reconhece a ligação entre algo em si mesmo negável e o exercício da negação. Portanto, é plausível interpretar esta passagem dizendo que é na forma do pensamento que está inserido o vínculo entre o exercício da negação e a negabilidade daquilo que é dado para tal exercício.

Na passagem de *Que é Metafísica?* o termo pensamento está usado sem nenhuma elucidação, e ao longo do restante do texto também se afirma que, segundo uma doutrina tradicional da Lógica, negação é uma ação do entendimento e que a negação atravessa inteiramente o pensamento (WM, 37). O próprio conceito de pensamento não é objeto de análise neste contexto. Entretanto, ele é central para o argumento da origem da negação, e sobretudo para visualizar o papel das noções de identidade e diferença no exame de origem.

Em diversos textos de Heidegger (por exemplo, em GA 26, 1) o conceito de pensamento é formulado a partir da noção de enunciado predicativo (*logos*). *Logos* significa dizer algo de algo, predicação. Enunciados predicativos expressam a determinação de algo como algo, eles são a expressão de de-

terminações. Determinar algo como algo é o que se chama de pensar. Neste sentido, o enunciado capaz da verdade e da falsidade expressa um pensamento na medida em que expressa a determinação de algo como algo. Ao ser a determinação de algo a partir de outro elemento que determina o que está previamente dado, o pensar assume a forma conceitual. Conceber algo como algo é conceber conceitualmente (GA 26, 27). O pensar é conceitual, e mesmo um pensamento que não se volta para entes, mas sim para estruturas ontológicas, deverá ser um pensar conceitual.

A dizibilidade de algo presente no *logos* tem como ponto de origem a unidade de determinações de algo previamente dado. A unidade de uma totalidade de determinações, nas quais ainda não está destacada nenhuma determinação predicativa particular, é aquilo sobre o que se fala no *logos*. Entretanto, o *logos* opera o destaque de uma perspectiva, um aspecto desta unidade de determinações de algo previamente dado. E assim algo é compreendido como algo, sendo este aspecto aquilo que determinada o previamente dado (GA 19, 600-1). O mais importante desta concepção acerca da natureza do pensamento reside na identificação da estrutura mais fundamental do *logos*. Este componente formal é a estrutura do “algo enquanto algo”, que é chamada por Heidegger de *a categoria lógica* propriamente dita (GA 19, 600).

O segundo traço fundamental do *logos* está no fenômeno do *deloun*. O *logos* é conjuntamente síntese e diáirese, segundo a doutrina aristotélica, mas a sua unidade está dada por ser um *logos sobre algo*. Ora, a intencionalidade predicativa do *logos* é mostrativa. Trata-se de dizer algo sobre algo, mas mostrando algo como algo. É esta característica que torna o pensamento essencialmente conectado com o fenômeno da verdade. O pensamento é, então, uma unidade complexa que mostra algo como algo, inserindo-se na diferença veritativa. Heidegger expressa esta complexidade distinguindo uma quádrupla *koinonia* no *logos*: 1. *Koinonia* onomática (interna aos componentes do *logos*), 2) *koinonia* intencional (*logos tinos*), 3) *koinonia* lógica (dizer algo como algo), 4) *koinonia* delótica (dizer algo como é, ou dizer algo como não é: verdadeiro ou falso). Pensar sobre entes significa ser capaz de um *logos* apofântico sobre entes. O *logos* apofântico é um dizer referido a algo, segundo a estrutura fundamental do algo enquanto algo. Pensar é dizer algo como algo, mostrando-o ou como efetivamente é ou como efetivamente não é.⁶

6 Não é excessivo novamente lembrar que Heidegger não esgota o domínio do pensável no campo dos entes. Há também um pensar conceitual de ser e de estruturas ontológicas. A aceitação da diferença ontológica não implica a impossibilidade do pensamento ontológico, e menos ainda um pensar “não conceitual”.

Na passagem citada, diz-se que o pensamento como que “avista previamente” o não, reconhecendo a possibilidade de algo ser submetido à diferenciação e oposição. A negabilidade de algo é definida como a identidade de um aspecto, a partir do qual se formam um complemento e possíveis contrários. Não é suficiente que algo negável esteja dado para que a função formal da negação seja executada, mas ainda é preciso o reconhecimento da negabilidade. Este reconhecimento localiza-se no pensamento como tal, na forma do pensamento (por assim dizer).⁷

Dado que a sua estrutura mais fundamental do pensamento é a do *algo enquanto algo*, nele está presente uma referência direta à negabilidade. Para dizer algo como algo é preciso destacar a determinação qualificativa. O aspecto deve ser destacado como idêntico, possibilitando a formação de um contrário. Por outro lado, ao mostrar algo como algo também está dada a possibilidade de mostrar algo tal como efetivamente é, ou então mostrar algo como outro em relação ao que efetivamente é. Tanto na sua aceção predicativa, quanto na sua função proposicional a negação é exercida no pensamento que possui a estrutura do algo enquanto algo. No entanto, apesar da ligação essencial entre pensamento e negabilidade, não é o pensamento e nem o exercício da negação que qualificam algo como negável.

Finalmente, qual a relação entre identidade e diferença na ligação entre pensamento e negabilidade? Ora, a apresentação de algo como algo requer o destaque de uma determinação a partir da qual algo é mostrado como algo. Assim, esta determinação deve ser acessível e obtida como idêntica a si. A qualificação de algo como algo requer a identidade da perspectiva ou aspecto sob o qual acontece a qualificação determinante. Sem que algo esteja acessível como idêntico a si e diferente de outro não é possível o exercício da negação, não é possível o pensamento de algo como algo.⁸

Todas estas considerações seriam apenas tentativas de acompanhar as indicações fornecidas por Heidegger nas frases [1], [2], [3] e [4] da citação de *Que é Metafísica?*. Com elas apenas teríamos mostrado que a gênese ontológica da negação supõe uma concepção da negação como uma função formal e descobridora, para a qual é requerido o prévio acesso a algo como negável. O reconhecimento de algo como negável é proporcionado pelo pensamento, pois a estrutura do mostrar algo enquanto algo exhibe a ligação com a negabi-

7 A relação entre a forma do pensamento e a negação já fora tematizada por Rickert, no assim chamado princípio heterológico (Rickert, 1912, ss. 30-38). Neste contexto também encontramos uma concepção de identidade e diferença como mais primitivos do que a negação.

8 O mesmo também vale para a negação da verdade de um pensamento. Negar uma proposição enunciativa é dizer que ela não está mostrando algo tal como é na sua identidade consigo mesmo: mostrar algo como outro em relação ao que efetivamente é.

lidade de algo. A negação como função formal e o pensamento de algo como algo, por sua vez, exigem que algo esteja previamente dado como idêntico a si e diferente de outro. Identidade e diferença estão na origem da negação. Assim como não é o pensamento e a negação que introduzem a negabilidade em algo, também não é o pensamento que torna primeiramente acessível algo como idêntico a si e distinto de outro. O acesso a algo neste padrão acontece no contexto de situação do logos apofântico, que é também a situação da negação. É neste domínio que algo é descoberto como algo, algo é acessível como idêntico a si e diferente de outro. No entanto, Heidegger exige que se reconheça uma conexão adicional: o reconhecimento da negabilidade e a finitude de ser.

Referências Bibliográficas

- Carnap, Rudolf. Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache. In: Fischer, Kurt Rudolf. *Österreichische Philosophie von Brentano zu Wittgenstein*. Wien: WUV-Uni.-Verlag, 181-203, 1999.
- Casanave, Abel & Reis, Róbson. The Strange Case of Dr. Hilbert and Mr. Heidegger. *Proceedings of II OPO Meeting*, Lima, 2005.
- Fay, Thomas. Heidegger: the critique of Logic. The Hague, Martinus Nijhoff, 1977.
- Heidegger, Martin. *Was ist Metaphysik?* (Neunte Auflage) Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1965.
- _____. *Metaphysische Anfangsgründe der Logik*. In: Gesamtausgabe 26 (Sommersemester 1928). (Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann). 1978.
- _____. *Sein und Zeit* (17. Auf.). Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1986.
- _____. *Zur Bestimmung der Philosophie*. In: Gesamtausgabe 56/57 (Kriegsnotsemester 1919 und Sommersemester 1919). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1987.
- _____. *Platon: Sophistes*. In: Gesamtausgabe 19 (Wintersemester 1924/25). Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1992.
- Inwood, Michael. Does the Nothing Noth? In: O'HEAR, Anthony. *German Philosophy since Kant*. Cambridge: Cambridge University Press, 271-290, 1999.
- Käufer, Stephen. The Nothing and the Ontological Difference in Heidegger's *What is Metaphysic? Inquiry*, Vol 48 (6): 482-506 2005.
- Polt, Richard. The Question of Nothing. In: POLT, R. & FRIED, G. *Heidegger's Introduction to Metaphysics*. New Haven and London, Yale University Press, 2001. 57- 82.
- Priest, Graham. *Beyond the Limits of Thought*. Oxford, Oxford University Press, 2002.
- Rickert, Heinrich. Das Eine, die Einheit und die Eins. Bemerkungen zur Logik des Zahlbegriffs. *Logos II*, 1911-12, ss. 26-78.
- Whiterspoon, Edward. Logic and the Inexpressible in Frege and Heidegger. *Journal of the History of Philosophy*, vol. 46 n° 1: 89-113, 2002.